## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI N° 10.273-D DE 2018

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor sobre a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

"Art. 17-D. A TCFA é devida por pessoa

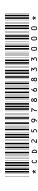
física ou jurídica, independentemente da quantidade

de filiais ou estabelecimentos que a compõe, e os

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° A Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981
passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 17-B
§ 3° O Ibama poderá realizar a cobranç
da TCFA apenas no caso de atividades potencialment
poluidoras e utilizadoras de recursos ambientai
que estejam submetidas a procedimento d
licenciamento ou autorização ambiental d
competência da União, nos termos da Le
Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011."(NR
"Art. 17-C. É sujeito passivo da TCF
todo aquele que exerça as atividades constantes d
Anexo II desta Lei concomitantemente submetidas
procedimento de licenciamento ou autorizaçã
ambiental de competência da União, nos termos d
Lei Complementar n° 140, de 8 de dezembro de 2011.
" (NR





seus valores são os constantes do Anexo III desta Lei.

§ 1° .....

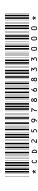
I - microempresa e empresa de pequeno porte: pessoa jurídica cujo total da receita bruta anual diretamente relacionada ao desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais constantes do Anexo II desta Lei seja equivalente ao previsto, respectivamente, nos incisos I e II do *caput* do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006;

ΙI empresa de médio porte: pessoa jurídica cujo total da receita bruta diretamente relacionada ao desenvolvimento atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais constantes do Anexo II desta Lei seja superior ao previsto no inciso II do caput do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e igual ou inferior R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

III - empresa de grande porte: pessoa jurídica cujo total da receita bruta anual diretamente relacionada ao desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais constantes do Anexo II desta Lei seja superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

§ 2° O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de





cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo II desta Lei.

§ 3° A pessoa física ou jurídica que exercer mais de uma atividade sujeita à TCFA pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado."(NR)

"Art. 17-G. A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo III desta Lei, e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao Ibama, por intermédio de documento próprio de arrecadação, até o quinto dia útil do mês subsequente.

....." (NR)

"Art. 17-P. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA, até o limite de 60% (sessenta por cento) e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pela pessoa física ou jurídica ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão de taxa de fiscalização ambiental.

.....

§ 2° A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental estadual ou distrital compensada com a TCFA restaura o direito de crédito do Ibama contra a pessoa física ou jurídica, relativamente ao valor compensado.





§ 3° O sujeito passivo com débitos relativos à TCFA poderá realizar a quitação diretamente para o Ibama, que providenciará o repasse aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, em decorrência da incidência de taxa de fiscalização instituída nesses entes federativos." (NR)

Art. 2° Os Anexos VIII e IX da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, passam a vigorar conforme o disposto no Anexo desta Lei, renumerados como Anexos II e III, respectivamente.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de setembro de 2025.

Deputado COVATTI FILHO Relator





## ANEXO

(Lei  $n^{\circ}$  6.938, de 31 de agosto de 1981)

"ANEXO II ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
16	Indústria de	- beneficiamento, moagem,	Baixo
	Produtos	torrefação e fabricação de	
	Alimentares	produtos alimentares (excluídas	
	e Bebidas	as atividades de silagem,	
		armazenagem e comercialização de	
		produção agrícola); matadouros,	
		abatedouros, frigoríficos,	
		charqueadas e derivados de	
		origem animal; fabricação de	
		conservas; preparação de	
		pescados e fabricação de	
		conservas de pescados;	
		beneficiamento e	
		industrialização de leite e derivados; fabricação e	
		,	
		refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras	
		vegetais; produção de manteiga,	
		cacau, gorduras de origem animal	
		para alimentação; fabricação de	
		fermentos e leveduras;	
		fabricação de rações balanceadas	
		e de alimentos preparados para	
		animais; fabricação de vinhos e	
		vinagres; fabricação de	
		cervejas, chopes e maltes;	
		fabricação de bebidas não	
		alcoólicas, bem como	
		engarrafamento e gaseificação de	
		águas minerais; fabricação de	
		bebidas alcoólicas.	
23	Transporte,	- transporte de insumos químicos	Médio





Armazenagem	agropecuários,	armazenagem	е	
e	comercialização	diretamente	ao	
Comercializa	produtor rural.			
ção de				
Insumos				
Químicos				

## ANEXO III

		OO JURIDI	ICA POR	IKIMI	POIKE			
VALORES,	EM REALS,	OU JURÍDI				POR	PESSUA	FISICA



